Revisão da legislação de servidores (Reforma Administrativa) nos Municípios

Março de 2020

João Trindade Cavalcante Filho



Reforma Administrativa Municipal: por que fazer?

Problemas fiscais:

- Crescimento vegetativo da folha
- Aumento da porcentagem da despesa com servidores em relação ao total das despesas
- Redução do espaço fiscal para investimentos

Problemas de gestão:

- Multiplicidade de carreiras
- Falta de flexibilidade
- Instrumentos obsoletos de gestão de pessoas
- Imagem perante o eleitorado em geral



Reforma Administrativa Municipal: limitações

- Limitações federativas: à espera da Reforma Administrativa Federal
 - Temas que não podem ser alterados em nível municipal:
 - a) estabilidade
 - b) avaliação de desempenho
 - c) concurso público (diretrizes)
- Limitações políticas: pressão dos servidores, ano eleitoral



Diretrizes

- Redução do crescimento vegetativo da folha
- Extinção de vantagens temporais, com respeito aos direitos adquiridos, mediante transformação em vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI)
- Extinção de incorporação de funções ou cargos em comissão
- Substituição de retribuições pecuniárias por outras formas de recompensa

- Adaptação às melhores práticas sobre legislação de pessoal e Legística e atualização da legislação
- Aperfeiçoamento da legislação, para obter ganhos de segurança jurídica e de clareza, evitando ou reduzindo a judicialização
- Adaptação das leis municipais ao modelo federal
- Fusão e racionalização de carreiras



Frentes de trabalho





Ações necessárias

- Mapeamento da legislação municipal, com análise de riscos jurídicos
- Elaboração de estudos sobre legislação de pessoal da União e de outros entes federativos (benchmarking)
- Verificação de meios para reduzir despesas com pessoal
- Elaboração de pareceres e minutas de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição Estadual ou à Lei Orgânica Municipal
- Avaliação de impacto das medidas sugeridas (avaliação de impacto legislativo ex ante)

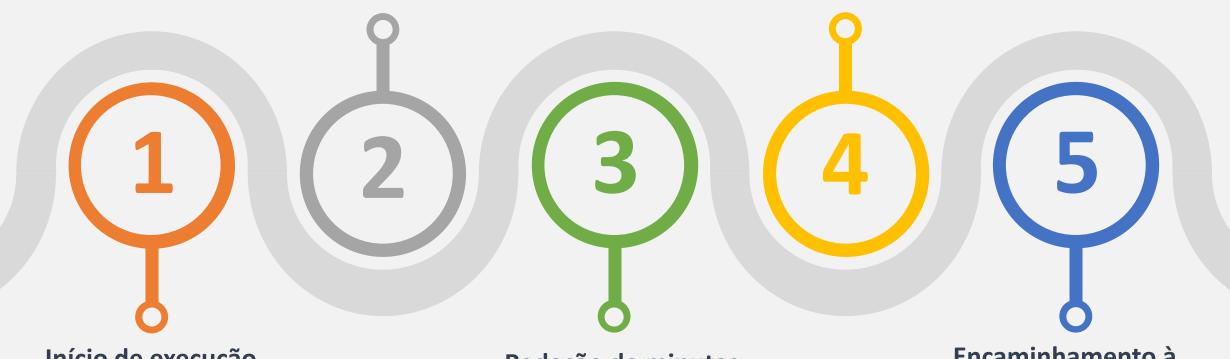


Ações necessárias

Benchmarking

Definição de conteúdos de minutas

Validação política **Ajustes finais**



Início de execução

Definição de escopo e diretrizes

Redação de minutas

Avaliação de impacto

Encaminhamento à **Câmara Municipal**

Desafios

- Obtenção de informações fidedignas e de forma tempestiva
- Graus variáveis de cooperação por parte dos servidores municipais
- Agenda política das autoridades estaduais (timing de apresentação x timing de produção; dificuldades de agenda para reuniões, etc.)

- Necessidade de diálogo constante com os órgãos estaduais, notadamente Secretarias de Planejamento, Fazenda e PGM (onde houver)
- Necessidade frequente de parcerias, com respeito à autonomia e às atribuições dos órgãos municipais, notadamente PGM
- Definição precisa/realista do escopo, especialmente à luz das condições políticas de aprovação das propostas



Experiências estaduais: Rio Grande do Sul

- 1) PEC para extinguir:
 - Adicionais Temporais
 - Incorporação de funções de confiança
 - Adicional noturno dos militares
 - Salário-família para quem ganha acima do RGPS
- 2) PL de alteração do Estatuto dos Civis
- 3) PL de alteração do Estatuto dos Militares
- 4) PL de reestruturação das carreiras de educação Situação atual: aprovado pela Assembleia (parcialmente)



Experiências estaduais: São Paulo

- 1) Reforma da Previdência dos servidores
- 2) PL de reestruturação das carreiras de educação Situação atual: aprovado pela Assembleia

(parcialmente)



Mensagem final

Não esperemos a Reforma Administrativa Federal acontecer para atuar: ela pode vir tarde demais para o seu Município

Obrigado!

<u>trindade@trindadecamara.com.br</u> <u>joao.trindade@idp.edu.br</u>

